

MANHÃ

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Tipo 4 – AZUL



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno de prova, contendo 100 (cem) questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:
 - a folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- Você dispõe de **5 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Módulo I

Língua Portuguesa

Texto I – Há sempre o inesperado

Quem não nasceu de novo por causa de um inesperado?

Iniciei-me no exílio antropológico quando – de agosto a novembro de 1961 – fiz trabalho de campo entre os índios gaviões no sul do Pará. Mas, como os exilados também se comunicam, solicitei a uma respeitável figura do último reduto urbano que visitamos, uma cidadezinha na margem esquerda do rio Tocantins, que cuidasse da correspondência que Júlio César Melatti, meu companheiro de aventura, e eu iríamos receber. Naquele mundo sem internet, telefonemas eram impossíveis e cartas ou pacotes demoravam semanas para ir e vir.

Recebemos uma rala correspondência na aldeia do Cocal. E, quando chegamos à nossa base, no final da pesquisa, descobrimos que nossa correspondência havia sido violada.

Por quê? Ora, por engano, respondeu o responsável, arrolando em seguida o inesperado e ironia que até hoje permeiam a atividade de pesquisa de Brasil. Foi quando soubemos que quem havia se comprometido a cuidar de nossas cartas não acreditava que estávamos “estudando índios”. Na sua mente, éramos bons demais para perdermos tempo com uma atividade tão inútil quanto estúpida. Éramos estrangeiros disfarçados – muito provavelmente americanos – atrás de urânio e outros metais preciosos. Essa plausível hipótese levou o nosso intermediário ao imperativo de “conferir” a correspondência.

Mas agora que os nossos rostos escalavrados pelo ordálio do trabalho de campo provavam como estava errado, ele, pela primeira vez em sua vida, acreditou ter testemunhado dois cientistas em ação.

Há sempre o inesperado.

Roberto da Matta. *O GLOBO*. Rio de Janeiro, 18/10/2017

1

No texto, o “*inesperado*” é representado

- (A) pela seriedade do trabalho dos dois cientistas.
- (B) pelo pensamento errado do intermediário.
- (C) pelo descrédito geral pelo trabalho dos antropólogos.
- (D) pela violação da correspondência dos estudiosos.
- (E) pelo trabalho de antropólogos entre índios do Pará.

2

Assinale a opção que apresenta o segmento do texto em que a conjunção **e** tem valor adversativo (oposição), e não aditivo (adição).

- (A) “... meu companheiro de aventuras, **e** eu iríamos receber”.
- (B) “... demoravam semanas para ir **e** vir”.
- (C) “ **E** quando chegamos à nossa base...”.
- (D) “... arrolando em seguida o inesperado **e** a ironia...”.
- (E) “... atrás de urânio **e** outros metais preciosos”.

3

Tendo em vista o conteúdo do texto, o autor se refere à tarefa do antropólogo como um “*exílio*” pelo fato de ser essa uma atividade que

- (A) afasta o profissional de áreas mais povoadas.
- (B) é pouco procurada por estudiosos.
- (C) estuda temas de pouco interesse geral.
- (D) necessita de tranquilidade e tempo para sua eficiência.
- (E) se concentra em temas sobre as sociedades primitivas.

4

“*Na sua mente, éramos bons demais para perdermos tempo com uma atividade tão inútil quanto estúpida*”.

No contexto, esse fragmento representa o que pensa(m)

- (A) o intermediário da correspondência.
- (B) a sociedade em geral.
- (C) os antropólogos modernos.
- (D) o enunciador do texto.
- (E) o autor do texto e seu amigo.

5

Assinale a opção em que o conector sublinhado tem corretamente indicado o seu significado.

- (A) “entre os índios gaviões no sul do Pará” / companhia.
- (B) “Mas, como os exilados também se comunicam” / modo.
- (C) “... demoravam semanas para ir e vir” / direção.
- (D) “... que até hoje permeiam a atividade” / inclusão.
- (E) “... atrás de urânio e outros metais preciosos” / finalidade.

6

Assinale a opção que apresenta o segmento do texto em que **não** ocorre a presença da ironia.

- (A) “ Iniciei-me no exílio antropológico ”.
- (B) “ solicitei a uma respeitável figura do último reduto urbano ”.
- (C) “ ... uma atividade tão inútil quanto estúpida ”.
- (D) “ Essa plausível hipótese levou o nosso intermediário ... ”.
- (E) “ ... acreditou ter testemunhado dois cientistas em ação ”.

7

A pergunta inicial do texto utiliza a expressão “*nasceu de novo*”, que mostra claramente que a linguagem humana

- (A) não pode prescindir da coerência.
- (B) representa integralmente a realidade.
- (C) comunica-se com o sentido dicionarizado dos vocábulos.
- (D) apela para recursos ilógicos e figurados.
- (E) é eficiente com recursos gráficos, visuais e auditivos.

8

“fiz trabalho de campo entre os índios gaviões no sul do Pará”.

As opções a seguir apresentam essa frase reescrita de modos variados. Assinale a opção em que a reescrita dessa frase **não** está de acordo com a norma padrão ou desrespeita seu sentido original.

- (A) Fiz trabalho de campo, no sul do Pará, entre os índios gaviões.
- (B) No sul do Pará, fiz trabalho de campo entre os índios gaviões.
- (C) Entre os índios gaviões, no sul do Pará, fiz trabalho de campo.
- (D) Um trabalho de campo foi feito, no sul do Pará, entre os índios gaviões.
- (E) No sul do Pará, entre os índios gaviões, foi feito por mim um trabalho de campo.

9

“... fiz trabalho de campo entre os índios gaviões no sul do Pará”.

Com a expressão sublinhada, o enunciador do texto quer dizer que

- (A) realizou pesquisa *in loco*.
- (B) pesquisou a relação dos índios com o meio-ambiente.
- (C) estudou a agricultura entre os selvagens referidos.
- (D) observou os hábitos indígenas no meio florestal.
- (E) coletou amostras para futuros estudos.

10

O texto começa por uma pergunta, cuja finalidade básica é

- (A) interagir com o leitor do texto, a fim de que ele participe com mais interesse da leitura.
- (B) provocar uma reflexão pessoal do leitor, que possa ligá-lo à temática do texto.
- (C) dirigir-se a um leitor particular, que já tenha refletido sobre a questão.
- (D) realizar uma questão de ordem geral, que possa aumentar o número de leitores do texto.
- (E) selecionar um tipo de leitor que tenha interesse pela temática abordada no texto.

Direito Civil e Empresarial

11

Companhia aberta, por meio de deliberação em assembleia geral ordinária e sem posição de qualquer acionista presente, deliberou a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório a seus acionistas. A justificativa foi a necessidade de captação de recursos por meio da emissão de debêntures não conversíveis em ações.

J. Teixeira, acionista ausente da deliberação, questiona sua validade por se tratar de pagamento de dividendo inferior ao obrigatório, que, a seu ver, dependeria de alteração estatutária, o que, de fato, não ocorreu.

Acerca dessa situação e da deliberação assemblear, assinale a afirmativa correta.

- (A) A deliberação é nula, por ter violado o direito essencial do acionista de participar dos lucros sociais.
- (B) A deliberação é válida, porque qualquer companhia, aberta ou fechada, pode distribuir dividendo inferior ao obrigatório.
- (C) A deliberação é anulável, por se tratar de violação a direito patrimonial de cunho disponível de acionista.
- (D) A deliberação é válida quanto aos acionistas que a aprovaram, porém ineficaz quanto aos acionistas ausentes.
- (E) A deliberação é válida, por ter sido aprovada por todos os presentes e estar motivada na emissão de debêntures não conversíveis em ações.

12

Sobre *sociedade limitada*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O uso do nome empresarial é privativo dos sócios e administradores originários, não se estendendo aos sócios e administradores que posteriormente adquiram essas qualidades.
- II. O direito do sócio de anular a aprovação decai em dois anos, sem reserva, do balanço patrimonial e do resultado econômico.
- III. A assembleia torna-se dispensável quando a maioria dos sócios decidir, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

13

“Cacoal Administradora de Imóveis emitiu cédula de crédito bancário com cláusula à ordem em favor de instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN)”.

Sobre a circulação da cédula de crédito bancário com cláusula à ordem, assinale a afirmativa correta.

- (A) A cédula de crédito bancário será transferível mediante endosso em branco ou em preto, ao qual se aplicarão, no que couberem, as normas do direito cambiário.
- (B) O endossatário, mesmo não sendo instituição financeira ou entidade a ela equiparada, poderá exercer todos os direitos por ela conferidos, inclusive cobrar os juros e demais encargos na forma pactuada na cédula.
- (C) A cédula de crédito bancário será emitida por escrito, em tantas vias quantas forem as partes que nela intervierem, todas elas negociáveis, assinadas pelo emitente e pelo terceiro garantidor, se houver.
- (D) Aplicam-se à circulação das cédulas de crédito bancário as disposições do Código Civil e, no que não contrariar esse diploma, a legislação cambial.
- (E) É necessário o protesto cambial para garantir o direito de cobrança contra endossantes, seus avalistas e terceiros garantidores da cédula de crédito bancário.

14

Médici celebra contrato de comissão com Borracharia Seringueiras Ltda. com prazo de três anos, fixando-se uma comissão anual no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) em favor do comissário. O contrato contém cláusula de exclusividade que impede Médici de atuar como comissário para qualquer concorrente de Borracharia Seringueiras Ltda., bem como cláusula penal que estipula o pagamento de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para o descumprimento contratual, não prevendo direito à indenização suplementar.

Durante o segundo ano de vigência do contrato, Médici recebe proposta para atuar como comissário de sociedade concorrente de Borracharia Seringueiras Ltda. A concorrente oferece expressamente o quádruplo do valor anual pago a Médici, que aceita a proposta, descumprindo a cláusula de exclusividade. Pelo descumprimento, Médici paga à Borracharia Seringueiras Ltda. o montante estipulado de R\$ 700.000,00.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se o prejuízo exceder o previsto na cláusula penal, pode a Borracharia Seringueiras Ltda. exigir indenização suplementar de Médici, mesmo não tendo sido convencionado.
- (B) Ainda que o prejuízo exceda o previsto na cláusula penal, não pode a Borracharia Seringueiras Ltda. exigir indenização suplementar de Médici, porque assim não foi convencionado.
- (C) A cláusula penal é o limite máximo indenizatório pré-fixado; portanto, a Borracharia Seringueiras Ltda. não poderia exigir indenização suplementar de Médici, ainda que o prejuízo superior tivesse sido demonstrado e convencionado.
- (D) A cláusula penal é o limite mínimo indenizatório pré-fixado; portanto, para a Borracharia Seringueiras Ltda. exigir a pena convencional, é necessário que alegue prejuízo.
- (E) Como foi estipulada a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, e a prestação pode ser superior ao prejuízo pré-fixado, com ou sem convenção, a obrigação se converte em alternativa em benefício de Médici.

15

Bueno, servidor público, está com graves problemas financeiros diante da falta de pagamento regular de seus salários. Com débitos em atraso no cartão de crédito e tendo sido negativado no sistema de proteção ao crédito, ele precisa de empréstimos para saldar suas dívidas mais prementes. Para isso, procura uma instituição financeira que aceita conceder empréstimos a pessoas na sua condição e assina contrato de mútuo de fins econômicos, cuja prestação em favor da mutuante é manifestamente desproporcional à prestação conferida ao mutuário.

Em face dessa situação, quanto ao negócio jurídico celebrado por Bueno, é correto afirmar que ele é

- (A) nulo por coação por parte da mutuante e o receio de dano iminente e considerável à pessoa do mutuário e aos seus bens.
- (B) plenamente válido, por se tratar de contrato de adesão, quando não é dado ao aderente discutir ou modificar o conteúdo das estipulações.
- (C) anulável por ocorrência de lesão, diante da premente necessidade do devedor, que se obrigou a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (D) plenamente válido, por se tratar de exercício da liberdade contratual e da força obrigatória dos contratos (*pacta sunt servanda*).
- (E) anulável por ocorrência de estado de perigo, diante da necessidade de o devedor quitar seus débitos e eliminar a negativação de seu nome.

Contabilidade de Custos

16

A Cia. Gama produz e vende agendas. O preço de venda de cada agenda é de R\$ 30. Os custos variáveis unitários das agendas são de R\$ 12 e a sociedade empresária paga comissão de 20% sobre o preço a seus vendedores.

Ainda, a sociedade empresária incorre nos seguintes custos e despesas fixos por mês:

- salários dos funcionários da fábrica: R\$ 2.000;
- salários dos funcionários da administração: R\$ 3.000;
- depreciação das máquinas e da fábrica: R\$ 1.000;
- aluguel da fábrica: R\$ 1.500.

Os sócios da Cia. Gama requerem da empresa um lucro líquido de R\$ 24.000 ao ano.

Considerando a alíquota do imposto sobre a renda e a contribuição social de 25%, assinale a opção que indica o ponto de equilíbrio econômico mensal da empresa.

- (A) 598 unidades.
- (B) 764 unidades.
- (C) 792 unidades.
- (D) 848 unidades.
- (E) 3292 unidades.

17

A Cia. Alfa fabrica e vende três tipos de sapatos: de neném, infantis e de adultos. A sociedade empresária utiliza o Método de Custeio Variável para avaliar seus estoques.

Em novembro de 2016, a Cia. Alfa apresentava as seguintes informações (por par):

	neném	infantil	adulto
capacidade de produção por mês	100 pares	100 pares	120 pares
preço de venda	R\$ 50	R\$ 70	R\$ 100
matéria prima direta	R\$ 15	R\$ 20	R\$ 40
mão-de-obra direta	R\$ 10	R\$ 15	R\$ 25

Além disso, os custos indiretos de fabricação, comuns aos três produtos, eram de R\$ 1.000. Ainda, a sociedade empresária incorre em despesas gerais e administrativas no valor de R\$ 3.000.

Em novembro de 2016, a sociedade empresária não tinha estoques de produtos em processo ou acabados e trabalhou com 80% de sua capacidade. Ainda, nesse mês as vendas foram de 60 pares de neném, 70 pares de criança e 80 pares de adulto.

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o lucro líquido da Cia Alfa, antes dos impostos, em novembro de 2016.

- (A) R\$ 860.
- (B) R\$ 2.750.
- (C) R\$ 3.750.
- (D) R\$ 4.160.
- (E) R\$ 5.750.

18

A Cia. Delta fabrica e vende vinte tipos de cadernos. Entre os tipos estão cadernos grandes, médios e pequenos, com e sem linhas, de capa dura e de capa mole e com diferentes capas. Além disso, a empresa aceita encomenda de escolas para produção de cadernos customizados.

Os custos fixos da empresa costumam representar 70% do custo total.

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o método de custeio mais adequado para a Cia. Delta.

- (A) Custo padrão.
- (B) Departamentalização.
- (C) Custeio por absorção.
- (D) Custeio variável.
- (E) Custeio baseado em atividades.

19

Em relação ao sistema de produção, assinale a opção que indica um exemplo de Custeio por Ordem.

- (A) O conserto de um carro em uma oficina mecânica.
- (B) A fabricação de cimento em uma fábrica.
- (C) A moagem de farinha em uma padaria.
- (D) A extração e o refino de petróleo.
- (E) A produção de biodiesel.

20

A Cia. Camisaria produz e vende dois tipos de camisas, com dois botões e com cinco botões. O preço de venda (PV), o custo variável (CV) e a demanda anual, por cada tipo de camisa, são os seguintes:

Camisa com	P unit	CV unit	Demanda
Cinco botões	100	50	1000
Dois botões	70	30	2000

Além disso, a Cia. Camisaria incorre em custos fixos anuais no valor de R\$ 30.000.

Em 2017, a empresa que fornecia botões com exclusividade para a Cia. Camisaria teve problemas e só forneceu 5.000 unidades. A Cia. Camisaria não possuía botões em estoque e visava obter o maior resultado possível com os botões disponíveis.

Assinale a opção que indica a margem de contribuição da Cia. Camisaria, em 2017.

- (A) R\$ 50.000.
- (B) R\$ 60.000.
- (C) R\$ 90.000.
- (D) R\$ 100.000.
- (E) R\$ 130.000.

Estatística / Matemática Financeira

21

Uma variável aleatória X tem distribuição normal com média μ e variância σ^2 . Nesse caso, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- I. A variável $Z = (X - \mu) / \sigma$ tem distribuição normal padrão.
- II. Se x é um número real, $P [X > x] = 1 - P [X < -x]$.
- III. $P [X > \mu] = 0,5$.

Na ordem apresentada, as afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - F - V.
- (B) V - F - F.
- (C) F - V - F.
- (D) F - F - V.
- (E) F - F - F.

22

Um dado é lançado quatro vezes. A probabilidade de que o número '6' seja obtido ao menos duas vezes é, aproximadamente, igual a

- (A) 0,05.
- (B) 0,13.
- (C) 0,25.
- (D) 0,40.
- (E) 0,50.

23

A taxa efetiva trimestral, que é equivalente a uma taxa nominal de 120% ao ano, capitalizados mensalmente, é igual a

- (A) 21,78%.
- (B) 30,00%.
- (C) 33,10%.
- (D) 46,41%.
- (E) 50,00%.

24

Dois eventos A e B têm probabilidades iguais a 70% e 80%.

Os valores mínimo e máximo da probabilidade da interseção de A e B são

- (A) 20% e 50%.
- (B) 20% e 70%.
- (C) 50% e 70%.
- (D) 0% e 70%.
- (E) 30% e 50%.

25

Em relação às operações de desconto, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- I. A taxa de desconto “por dentro” (racional) é inversamente proporcional ao valor presente e ao prazo da operação.
- II. A taxa de desconto “por fora” (comercial) é diretamente proporcional ao valor futuro.
- III. O valor do desconto “por dentro” é obtido pela multiplicação do valor futuro pela taxa de desconto, e, esse produto, pelo prazo da operação.

Na ordem apresentada, as afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – F – F.

Economia

26

Quando uma rua é inaugurada, ela pode ser considerada um bem público. Com o trânsito em determinados horários, no entanto, ela deixa de ser um bem público, porque

- (A) perde a característica de não excludência.
- (B) o uso excessivo a torna um bem rival.
- (C) há a presença de transporte público e carros particulares.
- (D) gera poluição, incorrendo em externalidade negativa.
- (E) a existência de trânsito gera o mesmo efeito da implementação de um pedágio.

27

A baixa produtividade do trabalho no Brasil é decorrência dos fatores listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) A baixa qualidade do capital humano.
- (B) A reduzida eficiência da economia.
- (C) A baixa rotatividade da mão de obra.
- (D) A média de anos de estudo dos trabalhadores.
- (E) A má regulação e a burocracia.

28

No mercado de trabalho, os trabalhadores ofertam mão de obra e as empresas a demandam por um salário. Considere esse mercado competitivo e que o trabalho e o capital são complementares.

Uma inovação tecnológica, que reduza o custo do capital utilizado pelas empresas, leva a

- (A) um aumento da participação das pessoas no mercado de trabalho.
- (B) uma redução salarial devido ao aumento do desemprego.
- (C) uma redução da produtividade do trabalho.
- (D) um impacto nulo, se o salário mínimo estiver abaixo do salário de equilíbrio entre oferta e demanda.
- (E) um aumento da demanda por trabalhadores, elevando a produção.

29

O Produto Nacional Bruto (PNB) pode ser obtido a partir

- (A) do Produto Interno Bruto, deduzida a renda líquida enviada ao exterior.
- (B) do Produto Interno Bruto, deduzida a depreciação.
- (C) do Produto Interno Bruto, deduzidos os custos de fatores.
- (D) do Produto Interno Líquido, somada a depreciação.
- (E) da Renda Nacional, deduzidos os lucros e os impostos diretos.

30

No dia 15/03/2016, foi publicada, na Folha de São Paulo, a matéria “Taxa de desemprego do Brasil cresce para 8,5% na média de 2015”.

Dessa matéria, destacou-se o trecho a seguir.

“Segundo divulgou o IBGE nesta terça-feira (15), a taxa de desemprego do país cresceu para 8,5% na média do ano passado, a maior já medida pela Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), iniciada em 2012. Esse resultado ficou 1,7 ponto percentual acima da média de 2014 (6,8%), a piora mais acelerada registrada nesses quatro anos da série histórica da pesquisa de emprego do IBGE.”

Assinale a opção que indica um dos fatores que contribuiu para o aumento da taxa de desemprego.

- (A) A redução dos rendimentos reais do trabalho.
- (B) A desaceleração do processo de formalização do trabalho.
- (C) A escalada de preços de diversos produtos.
- (D) O aumento da população economicamente ativa.
- (E) A redução da participação do comércio e indústria no total de vagas geradas.

Módulo II

Noções de Informática

31

Em condições normais, a digitação da combinação de teclas Ctrl-F11 no MS Excel conduz à interface do *Visual Basic for Applications*, na qual o comando *Inserir* possibilita a inserção de componentes em um projeto VBA.

Assinale a opção que contém apenas componentes que podem ser inseridos por meio desse comando.

- (A) Biblioteca, Arquivo e Página Web.
- (B) Gráfico, Arquivo e *Script* HTML.
- (C) Página Web, Módulo e *UserForm*.
- (D) *UserForm*, Gráfico e Página Web.
- (E) *UserForm*, Módulo e Módulo de Classe.

32

João abriu uma nova planilha no MS Excel e executou os seguintes procedimentos:

1. Digitou o valor "1" na célula A1;
2. Digitou a fórmula "= A1+1" na célula B2;
3. Selecionou a célula B2;
4. Copiou com Ctrl-C;
5. Selecionou a região C3 : E5;
6. Colou com Ctrl-V.

Assinale a opção que contém, na ordem natural e nas devidas posições, os valores exibidos nas células da região C3:E5 após esses procedimentos.

(A)

3	1	1
1	3	2
1	2	3

(B)

1	1	1
1	2	2
1	2	2

(C)

3	2	2
1	4	2
1	2	5

(D)

3	1	1
1	4	2
1	2	5

(E)

3	2	3
2	4	2
3	2	7

33

Analise o trecho de pseudocódigo a seguir.

```

a := 2;
b := a * 10;
while a < 10 and b > 14
begin
  if a <> b
  begin
    if a > 5
      print (a, b)
    else
      a := a + 3;
  end
else
  begin
    a := b - 2;
    print (a);
  end;
  a := a + 3
end;

```

Assinale a opção que exhibe o conteúdo integral do resultado que seria produzido numa hipotética execução desse código.

(A)

2	20
5	20
8	20

(B)

2	20
---	----

(C)

8	20
---	----

(D)

2
5
8

(E)

2	20
17	
5	20
14	
8	20
11	

34

No Oracle, o comando SQL

```
select * FROM DUAL
```

produz um resultado que contém

- (A) zero linhas.
- (B) uma linha com uma coluna.
- (C) o nome do usuário que realizou a conexão.
- (D) entre 1 e 20 linhas, com 3 colunas, dependendo dos parâmetros da instalação.
- (E) a data e o horário correntes.

35

Com relação aos processos de criptografia e compactação, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Todo arquivo que está criptografado está necessariamente compactado.
- () Todo arquivo compactado está necessariamente criptografado.
- () O grau de redução de tamanho obtido por um bom algoritmo de compactação é sempre constante, e não depende do tipo de arquivo compactado.

Na ordem apresentada, as afirmativas são, respectivamente,

- (A) F - V - V.
- (B) F - F - V.
- (C) V - F - F.
- (D) F - V - F.
- (E) F - F - F.

36

Considere um banco de dados que registre informações sobre alunos, disciplinas e professores em uma faculdade. Sabe-se que um aluno pode cursar uma ou mais disciplinas, que cada disciplina é ministrada por um único professor e que cada disciplina aceita inscrições de um ou mais alunos.

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Alunos e professores têm relação $N:M$ entre si.
- II. Professores e disciplinas têm uma relação $1:N$ entre si.
- III. Cada professor ministra, necessariamente, apenas uma disciplina.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

37

Maria preparou uma planilha MS Excel que será distribuída para outras pessoas para coleta de dados pessoais. Um desses dados refere-se ao estado civil, cujos valores válidos são previamente estabelecidos, tais como solteiro, casado, viúvo, etc. Maria quer que somente valores válidos possam ser preenchidos, preferencialmente numa lista suspensa (*combobox*).

Seguem várias sugestões que Maria recebeu, sobre como resolver esse problema.

Assinale a opção que apresenta a sugestão que Maria deveria adotar.

- (A) Associar o conteúdo da célula a uma planilha externa que contenha a lista dos valores válidos.
- (B) Empregar a função ESCOLHER, associada a uma lista de valores.
- (C) Empregar a função PROCV, auxiliada por uma lista vertical com os valores válidos.
- (D) Utilizar o recurso de Formação Condicional.
- (E) Utilizar o recurso da Validação de Dados.

38

Considere as tabelas de bancos de dados T1, T2 e T3, que contêm, respectivamente, 10, 500 e 2.000 registros, e o comando SQL a seguir.

```
select count(*) FROM T1, T2, T3
```

Assinale a opção que apresenta o número exibido no resultado da execução desse comando.

- (A) 10000000
- (B) 1000000
- (C) 2000
- (D) 500
- (E) 10

39

Na tela de *design* de uma consulta no MS Access, é possível escolher entre vários “tipos de consultas”.

Esses tipos são listados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Passagem.
- (B) Selecionar.
- (C) Tabela de Referência Cruzada.
- (D) União.
- (E) XML.

40

No MS Access, a folha de propriedades de um relatório em modo *Design* contém um item denominado *Fonte de Registro*.

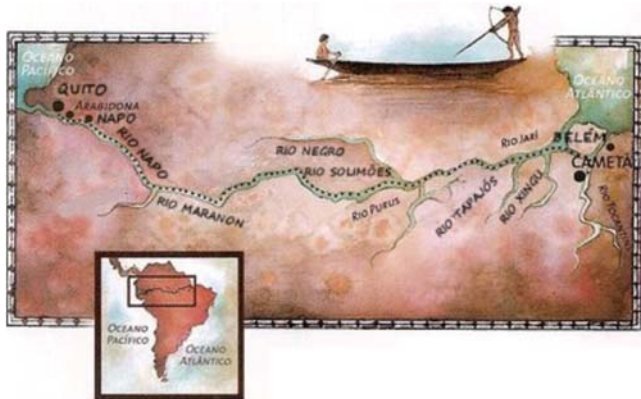
Assinale a opção que apresenta o objetivo dessa propriedade.

- (A) Estabelecer os tipos e tamanhos das letras exibidas pelo relatório.
- (B) Identificar a tabela e/ou consulta de origem dos dados que alimentam o relatório.
- (C) Fornecer o endereço de rede do servidor no qual as tabelas vinculadas estão disponíveis.
- (D) Estabelecer o nome do formulário de coleta dos dados para o relatório.
- (E) Estabelecer o nome do banco de dados ao qual o relatório está vinculado.

História e Geografia de Rondônia

41

Analise a figura a seguir.



<http://blog.opovo.com.br/portugalsempassaporte/>

A respeito da importância da expedição de Pedro Teixeira (1637-1639) para a conquista lusa do vale do Amazonas, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Sua viagem de penetração visava ocupar a maior parte da bacia do Alto Amazonas, para forçar a Coroa de Castela a fazer uma aliança militar com Portugal.
- () Suas iniciativas de povoamento, na viagem de retorno Quito-Belém, buscavam marcar a presença de Portugal além da linha limítrofe do Tratado de Tordesilhas.
- () Sua expedição de reconhecimento viabilizou o estabelecimento de fortificações ao longo do percurso, como a do Real Forte Príncipe da Beira.

Na ordem apresentada, as afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - V - F.
- (B) F - V - V.
- (C) F - V - F.
- (D) V - F - V.
- (E) F - F - V.

42

Na primeira metade do século XX, a noção de "vazio territorial" atualizava o conceito de "sertão", entendido como um espaço abandonado que, desde as denúncias de Euclides da Cunha, vinha preocupando as elites brasileiras interessadas em construir uma nação. Por outro lado, as áreas ocupadas do Brasil eram vistas como um arquipélago, onde cidades ou regiões pouco tinham a ver entre si.

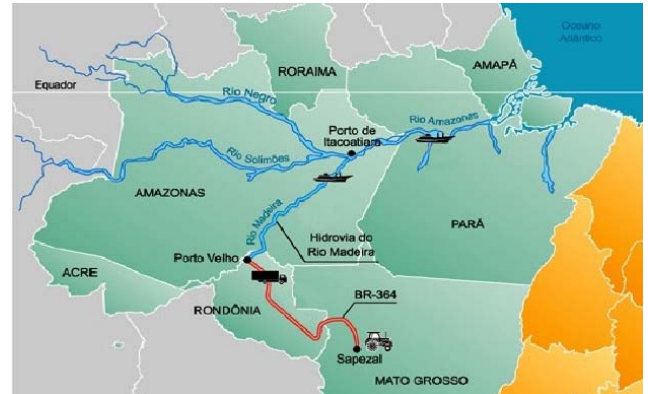
cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste

Assinale a opção que indica uma ação do período Vargas, voltada para a integração do atual território rondoniense ao resto do país.

- (A) A criação do Território Federal do Guaporé.
- (B) A abertura do Programa Calha Norte.
- (C) A construção e pavimentação da BR-364.
- (D) O desenvolvimento do Projeto Poloamazônia.
- (E) A implementação do Plano Grande Carajás.

43

Analise a figura a seguir.



<https://image.slidesharecdn.com/hidrografiabr12>

A construção de um porto graneleiro em Porto Velho e a abertura, para plena operação, da hidrovia do rio Madeira, na década de 1990, mudaram o perfil econômico de Rondônia.

Com relação à função estratégica da Hidrovia do Madeira, analise as afirmativas a seguir.

- I. Atende aos principais problemas dos produtores de grãos da Chapada dos Parecis e do sul de Rondônia: o escoamento da safra de soja e o abastecimento de insumos para a lavoura.
- II. Fornece suporte logístico ao avanço da fronteira agrícola capitalista, incorporando áreas do cerrado ao circuito mercantil financeiro, nacional e internacional.
- III. Integra o corredor intermodal ferro-hidroviário de exportação de grãos Sapezal / Madeira / Amazonas, conectando as regiões nordeste e centro-sul a portos de grande porte.

Está correto o que afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

44

Observe o mapa do Estado de Rondônia.



Fonte: <http://www.sedam.ro.gov.br>

I - Esse rio possui suas nascentes localizadas na vizinha Bolívia e, ao adentrar em espaço geográfico brasileiro, recebe, em sua margem esquerda, o rio Guaporé, estabelecendo, a partir daí, o limite internacional entre os dois países. Ao longo de seu trajeto, drena as cidades coirmãs de Guajará-Mirim (Brasil) e Guayaramerin (Bolívia).

II - Esse rio possui suas nascentes principais na Chapada dos Pacaás Novos. Ao longo de seu percurso até sua foz, na margem esquerda do rio Madeira, drena a cidade de Ariquemes, um dos maiores núcleos urbanos do estado de Rondônia. O barramento localizado nessa drenagem possibilitou a implantação da Usina Hidrelétrica de Samuel.

Os textos I e II referem-se, respectivamente, às bacias hidrográficas assinaladas no mapa com os números

- (A) 1 e 3.
- (B) 2 e 5.
- (C) 4 e 6.
- (D) 3 e 7.
- (E) 5 e 1.

45



Superfícies aplainadas situadas no interior de uma vasta área rebaixada por movimentos tectônicos, cujas cotas variam entre 150 e 250 m. Essa área apresenta-se, em parte, entulhada por uma sedimentação fluviolacustre recente, sendo delimitada, ao norte, pelas superfícies aplainadas do sul da Amazônia e, a nordeste, pela Chapada dos Parecis.

Assinale a opção que indica o domínio geomorfológico do Estado de Rondônia a que a imagem e o texto se referem.

- (A) Planície Amazônica.
- (B) Serra dos Pacaás Novos.
- (C) Depressão do rio Guaporé.
- (D) Planície fluvial dos rios Madeira-Mamoré.
- (E) Planalto dos rios Roosevelt e Arapuanã.

46



Éder de Oliveira, Sem título, 2016, tinta acrílica sobre parede (Kunsthalle Lingen, Lingen, Alemanha)

Éder de Oliveira parte de rostos estampados nas páginas criminais de jornais paraenses para pintar o tipo humano "caboclo". Para o artista, a imagem do homem amazônico, com a qual estamos familiarizados, é a das páginas policiais, o que gera estigma social e torna sua humanidade "invisível" para a sociedade.

Com relação à investigação estética do artista, analise as afirmativas a seguir.

- I. O retrato do "homem amazônico" é construído com traços de negros, mestiços e índios, evidenciando a diversidade étnica e cultural que está na origem da identidade amazônica.
- II. A reflexão sobre a identidade da sociedade amazônica é uma oportunidade para discutir temas universais como pobreza, marginalização e violência.
- III. Os retratos dos jornais são deslocados de seu contexto original, a crônica criminal, e pintados em grandes formatos, permitindo um outro olhar sobre aqueles rostos invisibilizados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

47

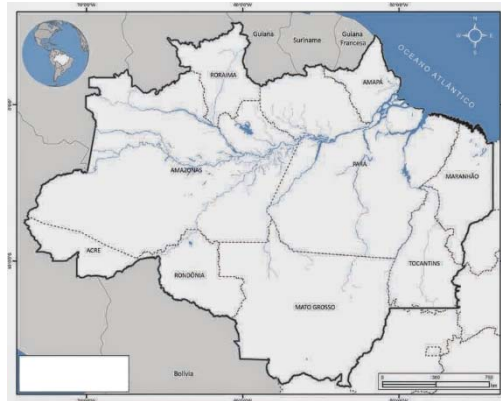
Em 1902, no contexto do acirramento da Questão Acreana, o Barão do Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores e, para resolver a contenda, buscou a negociação de um tratado conhecido como

- (A) Tratado de Ayacucho, que permitia à Bolívia a livre navegação pelo Amazonas.
- (B) Tratado de Petrópolis, que estabelecia a incorporação dos territórios da região do Acre pelo Brasil.
- (C) Acordos do *Bolivian Syndicate*, que privatizavam o controle da movimentação alfandegária na região.
- (D) Tratado do Rio de Janeiro, que comprometia o Brasil a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré.
- (E) Acordos de Washington, que fixavam o apoio americano à reivindicação do território do Acre como brasileiro.

48

Os mapas a seguir apresentam diferentes formas de representação do espaço amazônico.

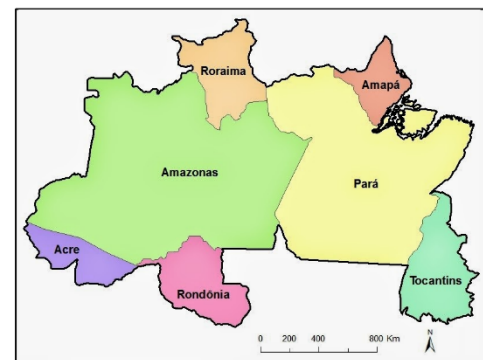
Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3



Assinale a opção que identifica, de cima para baixo, os espaços a que os mapas 1, 2 e 3 se referem.

- (A) Amazônia Legal, Amazônia Internacional e Região Norte.
- (B) Amazônia Brasileira, Região Norte e Amazônia Ocidental.
- (C) Bioma Amazônia, Amazônia Internacional e Amazônia Legal.
- (D) Região Norte, Bioma Amazônia e Amazônia Legal.
- (E) Amazônia Brasileira, Bioma Amazônia e Amazônia Ocidental.

49

As opções a seguir apresentam as causas do declínio da produção de borracha na Amazônia, no início do século XX, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A competição da alta produtividade asiática, graças à abertura de fazendas de seringueiras que foram aclimatadas em países daquele continente.
- (B) O investimento nas *plantations* asiáticas por numerosas companhias internacionais, gerando escassez de recursos e fuga de capitais das praças de Manaus e Belém.
- (C) A descoberta de novos processos produtivos, como o da vulcanização pelo engenheiro norte-americano Charles Goodyear, capazes de produzir borracha sintética.
- (D) A queda dos preços a partir de 1910, aproximadamente, quando o Brasil, em um contexto de aumento da oferta no mercado mundial, perde a primazia na exportação de látex.
- (E) A intervenção tardia do Governo Federal para estabilizar o preço da borracha, investir na logística da região e incentivar formas racionais de cultivo.

50

O Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE) do Estado de Rondônia é um dos instrumentos de planejamento da ocupação e do controle de utilização dos recursos naturais do Estado.

A respeito do ZSEE, analise as afirmativas a seguir.

- I. Orienta a implementação de medidas visando à elevação do padrão socioeconômico da população, por meio de ações que levem em conta a potencialidade, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais de forma sustentável.
- II. Classifica o Estado em zonas, em função do grau de ocupação, vulnerabilidade ambiental e aptidão de uso, bem como pelas Unidades de Conservação.
- III. Define subzonas específicas para incrementar o desenvolvimento das atividades industriais, concedendo vantagens fiscais e alfandegárias capazes de atrair investimentos externos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Contabilidade Geral / Auditoria**51**

Em 31/12/2016, a Cia. X apresentava os seguintes ativos em seu balanço patrimonial:

	2.016
Caixa	100.000
Estoques	40.000
Clientes	50.000
PECLD	- 1.500
Terreno para aluguel	120.000
Ativo Total	308.500

Na data, o estoque era composto por 100 unidades do produto P, sendo que cada unidade era vendida por R\$ 450. Além disso, o terreno era avaliado ao valor justo, enquanto seu custo era de R\$ 100.000.

Na elaboração do balanço patrimonial da Cia X, em 31/12/2017, verificou-se que

- a conta-caixa não havia considerado uma receita à vista em 2016 no valor de R\$ 25.000;
- o produto P estava sendo vendido por R\$ 380;
- a previsão para as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa era de 5%;
- o valor justo do terreno era de R\$ 130.000;
- o terreno passou a ser avaliado ao custo.

Assinale a opção que indica o valor do ativo total em 31/12/2017, em comparação ao de 31/12/2016, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

- (A) R\$ 310.500 e R\$ 308.500.
- (B) R\$ 315.500 e R\$ 308.500.
- (C) R\$ 310.500 e R\$ 313.500.
- (D) R\$ 310.500 e R\$ 333.500.
- (E) R\$ 312.500 e R\$ 333.500.

52

Uma sociedade empresária apresentou, em 01/01/2017, saldo de R\$ 10.000 em seu estoque. Já em 31/12/2017, o saldo era de R\$ 14.000. Além disso, a sociedade empresária demora, em média, 80 dias para vender o seu estoque e 50 dias para receber as suas vendas a prazo.

Assinale a opção que indica o valor médio de duplicatas a receber de clientes em 2017, dado que o custo das mercadorias vendidas representou, em 2017, 50% da receita de vendas.

- (A) R\$ 3.750.
- (B) R\$ 7.500.
- (C) R\$ 15.000.
- (D) R\$ 17.500.
- (E) R\$ 24.000.

53

No conjunto completo das Demonstrações Contábeis, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, está a Demonstração do Resultado Abrangente.

Assinale a opção que indica o item que deve ser evidenciado na Demonstração como “*Outros Resultados Abrangentes*”.

- (A) O valor de mercado dos instrumentos financeiros mantidos para negociação.
- (B) O efeito cambial sobre as dívidas no exterior.
- (C) Os ganhos e as perdas na remensuração de ativos não circulante mantidos para venda.
- (D) Os ganhos e as perdas advindos de instrumentos de *hedge*, em operação de *hedge* de valor justo.
- (E) Os ganhos e as perdas atuariais em planos de pensão com benefícios definidos reconhecidos.

54

A Cia. Um possui 80% de participação na Cia. Dois.

Em 31/12/2016, o Balanço Patrimonial das duas empresas eram os seguintes:

	Cia Um	Cia Dois
Caixa		1.000
Investimentos	800	
Goodwill- Cia Dois	500	
Ativo Total	1.300	1.000
Capital	1.300	1.000
PL Total	1.300	1.000

Em 2017, aconteceram os fatos a seguir.

- A Cia. Dois comprou 10 unidades de estoque, por R\$ 100 cada, à vista.
- A Cia. Dois vendeu as 10 unidades para a Cia Um por R\$ 120 cada, a prazo.
- A Cia. Um vendeu 8 unidades de estoque para terceiros, por R\$ 150 cada, à vista.

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o valor do Patrimônio Líquido Consolidado da Cia. Um, em 31/12/2017.

- (A) R\$ 1.300.
- (B) R\$ 1.660.
- (C) R\$ 1.700.
- (D) R\$ 1.900.
- (E) R\$ 2.620.

55

A Cia. Dado apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/2016.

Ativo		Patrimônio Líquido	
Caixa	100.000	Capital Social	150.000
Estoques	50.000	Reserva de Ágio	50.000
Terreno	80.000	Reserva de Lucros	30.000
Ativo Total	230.000	PL Total	230.000

Em 2017, aconteceram os fatos a seguir.

- Em 01/01, a empresa aplicou R\$ 30.000 em uma aplicação financeira de longo prazo com rendimento de 2% ao ano;
- A empresa vendeu o terreno por R\$ 70.000;
- A empresa reconheceu receita de serviços no valor de R\$ 300.000 para recebimento em 2018. A empresa considera perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de 3%.
- A empresa reconheceu e pagou despesas de aluguel no valor de R\$ 12.000;
- A empresa reconheceu e pagou despesas de salários no valor de R\$ 30.000, sendo que R\$ 20.000 para empregados próprios e R\$ 10.000 para terceirizados;
- A empresa reconheceu e pagou imposto sobre a renda de 34%;
- A empresa reconheceu e pagou dividendos de 25% sobre o resultado de 2017 e dos anos anteriores, que não haviam sido reconhecidos.

Sobre a divisão do valor adicionado, a distribuir em 31/12/2017, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os financiadores receberam R\$ 12.600.
- (B) Os sócios receberam R\$ 47.034.
- (C) O governo recebeu R\$ 81.464.
- (D) O governo recebeu R\$ 92.344.
- (E) Os sócios receberam R\$ 165.636.

56

Em 01/01/2016, uma empresa de auditoria contábil assinou um contrato de arrendamento mercantil de um terreno no valor de R\$ 60.000 pelo prazo de cinco anos, com a intenção de alugá-lo para terceiros. Não há transferência de riscos e de benefícios inerentes ao terreno para a empresa de auditoria.

A operação deve ser reconhecida contabilmente como se fosse

- (A) arrendamento mercantil operacional.
- (B) arrendamento mercantil financeiro.
- (C) *leaseback*.
- (D) financiamento.
- (E) pagamento contingente.

57

A Cia. B efetuou as seguintes transações, em 2017.

- Integralização de capital social, por meio de um imóvel no valor de R\$ 200.000;
- Compra de computadores, para pagamento em agosto de 2018, por R\$ 10.000;
- Pagamento de empréstimo bancário, contraído em 2014 no valor de R\$ 30.000;
- Pagamento de despesas diversas, no valor de R\$ 50.000;
- Resgate de debênture, no valor de R\$ 18.000;
- Pagamento de dividendos, que haviam sido reconhecidos no ano anterior no valor de R\$ 15.000;
- Venda de mercadorias à vista, por R\$ 300.000;
- Reconhecimento dos custos das mercadorias vendidas, no valor de R\$ 200.000;
- Compra de participação em empresa coligada, no valor de R\$ 40.000.

Sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Cia. B, com base nas recomendações do Pronunciamento Técnico CPC 03- Demonstração dos Fluxos de Caixa, assinale a afirmativa correta.

- (A) A atividade operacional gerou R\$ 50.000.
- (B) A atividade de investimento consumiu R\$ 70.000.
- (C) A atividade de investimento consumiu R\$ 88.000.
- (D) A atividade de financiamento consumiu R\$ 63.000.
- (E) A atividade de financiamento gerou R\$ 185.000.

58

Na última versão do Pronunciamento Técnico CPC00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a característica "*essência sobre a forma*" foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna.

Assinale a opção que indica o motivo porque a "*essência sobre a forma*" foi retirada.

- (A) Sua presença, junto à representação fidedigna, foi considerada uma redundância.
- (B) Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da neutralidade.
- (C) Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da tempestividade.
- (D) As normas contábeis norte-americanas não incluem a *essência sobre a forma* em sua estrutura conceitual.
- (E) Sua presença deixou de ser exigida nas normas internacionais.

59

Uma empresa de auditoria independente é chamada para trabalhar em uma sociedade empresária.

Ao averiguar se existem as condições prévias para um trabalho de auditoria, a administração da sociedade empresária impõe uma limitação no alcance do trabalho do auditor, de modo que este entende que a limitação resultará na emissão de um relatório com abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis.

Com base no caso apresentado, assinale a opção que indica o posicionamento correto do auditor independente.

- (A) Deve aceitar o trabalho normalmente.
- (B) Deve aceitar o trabalho, deixando clara a sua intenção de emitir um relatório com abstenção de opinião.
- (C) Não deve aceitar o trabalho, em nenhuma circunstância.
- (D) Não deve aceitar o trabalho em nenhuma circunstância e deve denunciar a empresa à entidade normatizadora contábil.
- (E) Não deve aceitar o trabalho de auditoria, a menos que exigido por lei ou regulamento.

60

Em 01/01/2017, uma empresa aérea adquiriu uma autorização para exploração da rota entre São Paulo e Brasília por R\$ 100.000. A autorização pode ser renovada a cada 4 anos e a companhia aérea sinaliza que deseja a renovação nas próximas oportunidades. A renovação de autorização de rotas tem custo insignificante para a empresa.

Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil da autorização de rota pela empresa aérea, no momento em que adquiriu a autorização e nos anos seguintes.

- (A) Reconhecimento de despesa operacional de R\$ 100.000.
- (B) Reconhecimento de R\$ 25.000 no ativo circulante e de R\$ 75.000 no ativo realizável a longo prazo. Deve-se reconhecer despesa operacional de R\$ 25.000, ao final de cada um dos próximos quatro anos.
- (C) Reconhecimento de R\$ 100.000 no ativo realizável a longo prazo. Deve-se reconhecer despesa operacional de R\$ 100.000, após os quatro anos.
- (D) Reconhecimento de um ativo intangível no valor de R\$ 100.000, que não deve ser amortizado.
- (E) Reconhecimento de um ativo intangível no valor de R\$ 100.000. Deve-se reconhecer amortização de R\$ 25.000, ao final de cada um dos próximos quatro anos.

61

Um banco tem como política emprestar dinheiro apenas para sociedades empresárias que tenham índice de endividamento geral igual ou menor que 70%, sem considerar o efeito do dinheiro do empréstimo no ativo.

Uma sociedade empresária solicitou empréstimo de um banco. Seu balanço patrimonial era o seguinte:

Ativo Total		Passivo Total	
Ativo Circulante	150.000	Passivo Circulante	120.000
Ativo não Circulante		Passivo não Circulante	130.000
Ativo Realizável a LP	200.000	Patrimônio Líquido	400.000
Ativo Imobilizado	300.000		
Total do Ativo	650.000	Passivo + PL	650.000

Assinale a opção que indica o limite estabelecido pelo banco para o empréstimo solicitado.

- (A) R\$ 5.000.
- (B) R\$ 55.000.
- (C) R\$ 205.000.
- (D) R\$ 325.000.
- (E) R\$ 335.000.

62

Uma sociedade empresária precisava comprar computadores para seus funcionários, de modo a expandir seus negócios. Para isso, ela contratou um especialista para indicar qual seria o melhor modelo. Por esse serviço pagou R\$ 2.000.

Após definido o modelo, ela comprou os computadores, cujo preço era R\$ 200.000. Como a compra era grande, conseguiu um desconto de 10% sobre o valor.

O frete para receber os computadores foi de R\$ 1.000. Além disso, para receber os computadores em segurança, contratou um seguro no valor de R\$ 500.

Quando os computadores chegaram à sociedade empresária, ela gastou R\$ 10.000, com um programa antivírus anual, e, R\$ 12.000, com os programas básicos essenciais para o funcionamento. Além disso, ofereceu um treinamento para seus funcionários, que custou R\$ 5.000.

Depois de concluído o treinamento, a sociedade empresária ofereceu uma festa para promover a expansão, na qual gastou R\$ 20.000. Além disso, gastou R\$ 14.000 em publicidade, com base na compra dos novos computadores.

A partir das informações acima, assinale a opção que indica o acréscimo no ativo da empresa com a compra dos computadores.

- (A) R\$ 181.000.
- (B) R\$ 193.500.
- (C) R\$ 198.500.
- (D) R\$ 208.500.
- (E) R\$ 210.500.

63

A Cia Beta apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial de 31/12/2015: Caixa: R\$ 200.000 e Capital Social: R\$ 200.000.

Em 01/01/2016 a sociedade empresária comprou um veículo por R\$ 40.000 à vista. A vida útil estimada é de dez anos e a sociedade empresária não considerava valor residual. A depreciação do veículo para fins fiscais é de cinco anos.

Ainda no ano de 2016, ela auferiu receitas de serviços no valor de R\$ 100.000. Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 120.000. A sociedade empresária apresentava fortes perspectivas de lucros nos anos seguintes.

No ano de 2017, ela auferiu Receitas de Serviços no valor de R\$ 150.000. Já os custos dos serviços prestados foram de R\$ 130.000.

Em 31/12/2017, o imposto sobre a renda corrente e o imposto sobre a renda diferido da sociedade empresária, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32, Tributos sobre o Lucro, considerando a alíquota de imposto sobre a renda e a contribuição social fixa de 34%, são, respectivamente,

- (A) R\$ 2.856 e R\$ 2.584.
- (B) R\$ 2.856 e R\$ 1.360.
- (C) R\$ 4.080 e R\$ 1.360.
- (D) R\$ 5.440 e zero.
- (E) R\$ 5.440 e -R\$ 1.224.

64

Em 02/01/2017, a Cia. A possuía 50% das ações totais e votantes da Cia. B, exercendo controle compartilhado com a Cia. C. Na data, o patrimônio líquido da investida era de R\$ 100.000.

Em 03/01/2017, a Cia. A comprou da Cia. C, à vista, o equivalente a 50% das ações totais e votantes remanescentes da Cia. B, pagando R\$ 70.000 à vista.

Assinale a opção que indica o impacto da operação, se existente, na Demonstração do Resultado do Exercício da Cia. A.

- (A) Receita de R\$ 20.000.
- (B) Reserva de lucro de R\$ 20.000.
- (C) *Goodwill* de R\$ 20.000.
- (D) Ajuste a valor patrimonial de R\$ 20.000.
- (E) Não há impacto.

65

Ao auditar uma sociedade empresária, o auditor independente concluiu que os estoques estão superavaliados. A distorção é considerada relevante, no entanto não é generalizada para as demonstrações contábeis.

Nesse caso, o auditor independente deve emitir um relatório com

- (A) opinião sem ressalva.
- (B) opinião com ressalva.
- (C) opinião adversa.
- (D) abstenção de opinião.
- (E) parágrafo de ênfase.

66

Em 01/01/2013, a Cia. K iniciou a pesquisa e o desenvolvimento do projeto de um sistema capaz de gerar maior controle sobre as suas atividades. O projeto durou três anos, tendo os seguintes gastos:

2013- R\$ 200.000.

2014- R\$ 300.000.

2015- R\$ 500.000.

Além disso, sabe-se que:

- Em 2013, o projeto ainda estava na fase inicial da pesquisa e a empresa considerava a possibilidade de não ter sucesso com ele.
- Em 2014, a empresa iniciou a fase de desenvolvimento. Ao efetuar uma pesquisa de mercado, percebeu que não haveria demanda para o sistema, devido ao preço. No entanto, decidiu manter o projeto em curso normal, esperando que mudanças pudessem ocorrer.
- Em 2015, há repercussão mundial e a empresa consegue projetar uma demanda suficiente para justificar a produção em larga escala. Além disso, todos os critérios de reconhecimento dos gastos com desenvolvimento do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível foram atendidos. No final do ano o projeto é concluído.
- Em 2016, o projeto é lançado ao mercado. Na data, a empresa estima que o sistema irá trazer benefícios econômicos durante os cinco anos seguintes, a partir de 01/01/2016. Em 31/12/2016, a empresa efetua um teste de recuperabilidade e constata que o valor recuperável na data é de R\$ 550.000.
- Em 2017, as vendas melhoraram e no teste de recuperabilidade, de 31/12/2017, a empresa considera que terá retorno de R\$ 600.000 nos anos remanescentes de venda.

Assinale a opção que indica o valor contábil do sistema, em 01/01/2018.

- (A) R\$ 200.000.
- (B) R\$ 300.000.
- (C) R\$ 412.500.
- (D) R\$ 440.000.
- (E) R\$ 600.000.

Direito Tributário

67

Leia o fragmento a seguir:

Segundo o Supremo Tribunal Federal, _____ que altera _____ de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da _____.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) norma legal – o prazo de recolhimento – anterioridade
- (B) norma infralegal – o prazo de recolhimento – legalidade
- (C) medida provisória – fato gerador – legalidade
- (D) emenda constitucional – sujeito passivo – anterioridade
- (E) medida provisória – o sujeito passivo – legalidade

68

Segundo o Código Tributário Nacional, o lançamento é o procedimento pelo qual a autoridade administrativa verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível.

Sobre o *lançamento*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O envio do carnê de IPTU ao endereço do contribuinte configura a notificação presumida do lançamento do tributo.
- II. O lançamento pode ser revisto de ofício pela Fazenda Pública, se constatado erro em sua feitura, enquanto não extinto o direito de lançar.
- III. Ocorrendo o pagamento antecipado do ICMS por parte do contribuinte, o prazo decadencial para o lançamento de eventuais diferenças é de cinco anos a contar do fato gerador.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

69

As opções a seguir apresentam os efeitos da concessão de liminar em mandado de segurança com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Impedir a propositura de execução fiscal.
- (B) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- (C) Suspender o curso do prazo prescricional.
- (D) Impedir o lançamento do crédito.
- (E) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

70

O Estado X editou uma lei na qual fixou alíquotas progressivas, que variam de 1% a 8% do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCD), em razão do valor do bem a ser transmitido e sua localidade.

Sobre o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A fixação de alíquotas do ITCD não cabe aos Estados-membros e sim ao Senado Federal.
- (B) A fixação de alíquotas progressivas do ITCD é inconstitucional, uma vez que a progressividade, no caso dos impostos reais, só pode ser adotada se houver expressa previsão constitucional.
- (C) A progressividade estabelecida é válida, porém a alíquota máxima de 8% viola o confisco, uma vez que restringe desmedidamente o patrimônio do contribuinte.
- (D) A fixação de alíquotas progressivas do ITCD não ofende a Constituição Federal, pois é um imposto que revela efetiva capacidade contributiva de quem percebe a transferência patrimonial.
- (E) A fixação de alíquotas progressivas do ITCD é inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal veda a progressividade de impostos de natureza real.

71

Determinado Estado da Federação cedeu um imóvel de sua propriedade à pessoa jurídica de direito privado ABC, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- (A) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista a imunidade recíproca das pessoas de direito público, princípio garantidor da Federação e cláusula pétrea.
- (B) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que o Estado é isento do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- (C) O IPTU é devido e o Estado, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- (D) O IPTU não é devido, uma vez que o Estado não é sujeito passivo da exação.
- (E) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

72

De acordo com a definição de tributo, segundo o Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A compensação financeira pela exploração de recursos minerais não é tributo, por ausência do caráter compulsório.
- (B) A concessão de desconto ao contribuinte do IPVA, que não tenha cometido infrações de trânsito, viola o conceito de tributo, pois o tributo não é sanção por ato ilícito.
- (C) O serviço militar obrigatório não é tributo, por ser uma obrigação compulsória não pecuniária.
- (D) O acréscimo no valor do IPTU, a título de multa administrativa por ausência de inscrição imobiliária, viola o conceito de tributo, por se tratar de sanção por ato ilícito.
- (E) Os agentes públicos envolvidos na cobrança do tributo não podem agir motivados por pressupostos de conveniência e oportunidade, devendo cumprir o que determina a lei, pois a cobrança do tributo é atividade administrativa plenamente vinculada.

73

Sobre o princípio da não-cumulatividade do ICMS, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ICMS incidente sobre a energia elétrica consumida pelas empresas de telecomunicação, que promovem processo industrial por equiparação, não pode ser creditado para abatimento do imposto devido quando da prestação dos serviços.
- (B) O direito ao crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes é garantido, ainda que a saída da mercadoria seja isenta ou não tributada.
- (C) O direito de o estabelecimento utilizar o crédito de ICMS extingue-se depois de decorridos cinco anos contados da data de emissão do documento.
- (D) O direito ao crédito das mercadorias destinadas ao uso ou ao consumo do estabelecimento, nele entradas, é garantido.
- (E) Ao comerciante, ainda que de boa-fé, é vedado aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea.

74

As opções a seguir apresentam hipóteses em que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e/ou do Superior Tribunal de Justiça reconhece a legitimidade da incidência de tributo sobre o valor a ser pago a título de outro tributo ou do mesmo tributo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A inclusão do ICMS na base de cálculo do próprio ICMS.
- (B) A inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS.
- (C) A inclusão do valor do IRPJ e da CSLL sobre a própria base de cálculo da CSLL.
- (D) A inclusão do ICMS na base de cálculo do IPI.
- (E) A inclusão do IPI na base de cálculo do ICMS, quando a operação, realizada entre contribuintes e o produto for destinado à industrialização, configure fato gerador dos dois impostos.

75

Sobre as preferências do crédito tributário, assinale a afirmativa correta.

- (A) A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de regularidade fiscal.
- (B) O crédito tributário prefere aos créditos com garantia real.
- (C) Os créditos devidos aos sócios e administradores sem vínculo empregatício são considerados créditos extraconcursais.
- (D) A cobrança judicial do crédito tributário está sujeita a concurso de credores ou à habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, ao inventário ou arrolamento.
- (E) Na falência, a multa tributária prefere aos créditos decorrentes de serviços prestados à massa falida.

76

A pretensão para a propositura de ação anulatória da decisão administrativa, que denega a restituição de indébito tributário, tem prazo de prescrição.

Sobre esse prazo de prescrição, assinale a afirmativa correta.

- (A) É de 5 (cinco) anos, a contar da notificação do contribuinte da decisão administrativa denegatória da restituição.
- (B) É de 2 (dois) anos, a contar da notificação do contribuinte da decisão administrativa denegatória da restituição.
- (C) É de 5 (cinco) anos, a contar da data da extinção do crédito tributário.
- (D) É de 5 (cinco) anos, a contar da data da ocorrência do fato gerador.
- (E) É de 2 (dois) anos, a contar da notificação da extinção do crédito tributário.

Direito Administrativo

77

Marcos Túlio, motorista de ônibus da empresa "Mais Bus", concessionária de serviço municipal de transporte de passageiros, ao se desviar de uma placa de metal que se desprendeu de um caminhão à sua frente, acabou por atropelar Cícero, ciclista, que usava a faixa exclusiva para bicicletas.

Considerando o caso exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilidade pela reparação dos prejuízos recai apenas sobre o Município, ente concedente do serviço público, de forma objetiva.
- (B) A responsabilidade pela reparação dos prejuízos recai apenas sobre a empresa de ônibus, concessionária do serviço, de forma objetiva.
- (C) A responsabilidade da empresa de ônibus, concessionária do serviço, é subjetiva, tendo em vista que Cícero não era usuário do serviço.
- (D) A responsabilidade da empresa de ônibus, concessionária do serviço, é objetiva, podendo o Município responder de forma subsidiária.
- (E) Tanto a empresa de ônibus quanto o Município respondem de forma objetiva e solidária pelos prejuízos causados a Cícero.

78

Os Municípios "X", "P", "T" e "O" resolveram constituir um consórcio público para a coordenação da defesa civil dos quatro Municípios e para o planejamento conjunto do desenvolvimento regional, incluindo a mobilidade urbana.

Sobre a constituição desse consórcio, assinale a afirmativa correta.

- (A) A constituição de uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, é obrigatória, considerando o objeto do consórcio.
- (B) A transferência de servidores do Município "X" para o consórcio deve ser efetivada por meio de contrato de rateio.
- (C) O representante legal do consórcio poderá ser o Prefeito de qualquer dos Municípios consorciados ou o Governador do Estado do qual façam parte aqueles Municípios.
- (D) O consórcio público está sujeito à fiscalização contábil pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo, representante legal do consórcio.
- (E) O consórcio público formado pelos Municípios "X", "P", "T" e "O" será constituído sem a necessidade de intervenção legislativa.

79

A empresa "Tem Trem S.A.", concessionária do serviço estadual de transporte ferroviário, atravessa grave crise econômica e de gestão. Com os atrasos de salários e a notícia da prisão do Presidente e do Diretor Financeiro da empresa, os funcionários passaram a adotar seguidas paralisações, prejudicando o fluxo de passageiros, especialmente nos horários de maior movimento.

A Assessoria Jurídica da Chefia do Poder Executivo, consultada, informou que o Estado, concedente, poderia intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo, os objetivos e limites da medida.
- (B) A intervenção deverá ser concluída com a encampação do serviço, em um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.
- (C) A administração do serviço, ao cessar a intervenção, será obrigatoriamente devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor.
- (D) A intervenção na concessão do serviço far-se-á por meio de lei ordinária emanada da Assembleia Legislativa do Estado.
- (E) A intervenção é uma das causas de extinção da concessão, levando à nova licitação ou à assunção do serviço por terceiro que demonstre preencher os requisitos previstos no edital.

80

Paulo, servidor público efetivo da União, montou um esquema por meio do qual fraudava o valor indicado nas avaliações de imóveis estaduais, a fim de aliená-los por valor inferior ao de mercado. O esquema gerou prejuízos que chegaram a milhões de reais e foi descoberto sete anos após o seu fim.

Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação de improbidade para a aplicação das sanções previstas na lei prescreveu após transcorrido o prazo de cinco anos, mas pode ser proposta ação de ressarcimento ao Erário.
- (B) A ação de improbidade para a aplicação das sanções previstas na lei pode ser proposta enquanto Paulo for servidor ativo, e até cinco anos após sua aposentadoria.
- (C) A ação de improbidade para a aplicação das sanções previstas na lei ou a ação de ressarcimento ao Erário não podem ser propostas, em razão da consumação da prescrição.
- (D) A ação de improbidade para a aplicação das sanções previstas na lei, incluindo o ressarcimento ao Erário, pode ser proposta em até oito anos após a prática do ato de improbidade.
- (E) A ação de improbidade para a aplicação das sanções previstas na lei pode ser proposta em até oito anos após a prática do ato de improbidade, ressalvada a ação de ressarcimento, que é imprescritível.

81

A sociedade empresária "XYZ", que presta serviço de limpeza para o Ministério da Fazenda, anunciou que não pretende prorrogar o atual contrato, o qual expirará em 100 (cem) dias.

Considerando a necessidade de contratação de outra empresa para a realização do serviço, a Administração Pública federal deve promover

- (A) a licitação para aquisição do serviço, na modalidade de pregão e, obrigatoriamente, na forma eletrônica.
- (B) a contratação direta do serviço, tendo em vista a proximidade do encerramento do contrato com a sociedade empresária "XYZ".
- (C) a licitação, sendo vedada a utilização do pregão, por se tratar da aquisição de serviço.
- (D) a contratação direta do serviço, desde que o valor do contrato não supere os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) anuais.
- (E) a licitação para aquisição do serviço, na modalidade de pregão e, preferencialmente, na forma eletrônica.

Direito Constitucional

82

O estado Beta celebrou termo de acordo com certo contribuinte que tinha um elevado débito tributário, pois deixara de recolher o ICMS por alguns anos. Logo após a celebração, um cidadão encaminhou representação ao Ministério Público, argumentando que o acordo causara grande prejuízo ao erário.

À luz da sistemática constitucional e das atribuições do Ministério Público, é correto afirmar que essa Instituição

- (A) está obrigada a arquivar a representação, pois, por ser órgão do Poder Executivo, não poderia insurgir-se contra suas decisões.
- (B) teria legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa do erário, principalmente por ser autônoma em relação ao Poder Executivo.
- (C) está obrigada a arquivar a representação, pois, apesar de ser autônoma em relação ao Poder Executivo, não teria legitimidade para defender os interesses do Estado.
- (D) poderia adotar as medidas administrativas cabíveis, pois, apesar de ser órgão do Poder Executivo, atua no controle interno de defesa da juridicidade.
- (E) está obrigada a arquivar a representação, pois, apesar de ser autônoma em relação ao Poder Executivo, somente pode defender os interesses difusos, coletivos e sociais.

83

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa foi instado a realizar o controle concentrado de constitucionalidade de lei do Município Beta.

O autor da ação argumentava que teriam sido violados:

- (I) o Art. 10 da Constituição Estadual, que reproduzia literalmente preceito da Constituição da República; e
- (II) o Art. 39 da Constituição da República, pois é considerada norma de reprodução obrigatória, e a Constituição Estadual sujeitou os servidores às "normas constitucionais que lhes sejam aplicáveis".

Considerando o paradigma de confronto passível de ser utilizado pelo Tribunal de Justiça no controle concentrado de constitucionalidade, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação não pode ser conhecida em relação a ambos os fundamentos, pois ao Tribunal de Justiça não compete analisar a compatibilidade da lei municipal com normas da Constituição da República.
- (B) A ação pode ser conhecida em relação a ambos os fundamentos, pois o Tribunal de Justiça pode utilizar como parâmetro as normas da Constituição Estadual e as da Constituição da República de reprodução obrigatória.
- (C) A ação não pode ser conhecida apenas em relação ao fundamento (II), pois o Tribunal de Justiça não pode analisar a adequação da lei municipal às normas da Constituição da República não reproduzidas na Constituição Estadual.
- (D) A ação não pode ser conhecida apenas em relação ao fundamento (I), pois o Tribunal de Justiça não pode analisar a adequação da lei municipal à norma que reproduz a Constituição da República.
- (E) A ação não pode ser conhecida apenas em relação ao fundamento (II), pois a Constituição da República somente pode ser utilizada como paradigma de confronto caso haja remissão específica a um de seus preceitos.

84

Um grupo de deputados estaduais, sensível à reivindicação dos servidores públicos, apresentou projeto de lei integrado por três artigos:

- O Art. 1º, contendo inúmeros parágrafos e alíneas, estabeleceu regras detalhadas sobre o regime disciplinar dos servidores públicos, tipificando infrações administrativas e cominando sanções;
- O Art. 2º vedou a realização de contratações de pessoal por todos os entes públicos, nas circunstâncias que descreveu, as quais caracterizavam a prática de nepotismo; e
- O Art. 3º estatuiu que a remuneração dos servidores públicos estaduais deve ser revista, a cada ano, conforme a variação da inflação do período.

A proposta foi aprovada e sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, daí resultando a promulgação da Lei Estadual 123.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República, é correto afirmar que o vício de inconstitucionalidade recai

- (A) sobre todos os artigos.
- (B) apenas sobre os artigos 1º e 2º.
- (C) apenas sobre os artigos 1º e 3º.
- (D) apenas sobre o Art. 3º.
- (E) apenas sobre o Art. 2º.

85

A sociedade empresária W, que recebeu concessão do município Sigma para prestar o serviço de transporte urbano de passageiros, foi citada em uma ação civil de reparação de danos, sob o fundamento de que um de seus ônibus, durante o serviço, colidira com outro veículo, daí resultando lesões graves no motorista deste último.

À luz da sistemática constitucional afeta à responsabilização civil das concessionárias de serviço público, é correto afirmar que a responsabilidade da sociedade empresária W

- (A) é objetiva, apesar de o dano ter sido causado a um indivíduo que não era usuário do serviço.
- (B) é subjetiva, já que o dano foi causado a não-usuário do serviço, sendo exigida a culpa do motorista do ônibus.
- (C) somente seria objetiva em relação ao dano causado ao usuário do serviço.
- (D) é subjetiva, pois somente a Administração Pública direta e indireta pode responder de modo objetivo.
- (E) é objetiva, desde que demonstrada a culpa do motorista do ônibus e seu vínculo empregatício.

86

A Lei Z, do estado Delta, publicada no dia 31 de dezembro de 2016, alterou, em seu Art. 1º, a data de recolhimento do imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens e direitos, e, em seu Art. 2º, aumentou a respectiva alíquota. O Art. 3º, por sua vez, dispôs que a Lei Z entraria em vigor no dia 1º de janeiro de 2017.

À luz da sistemática constitucional afeta ao sistema tributário nacional, o Art. 3º da Lei Z

- (A) é totalmente inconstitucional, sob o prisma material.
- (B) é totalmente constitucional, sob os prismas formal e material.
- (C) é parcialmente inconstitucional, sob o prisma material, em relação à entrada em vigor do Art. 1º.
- (D) é parcialmente inconstitucional, sob o prisma material, em relação à entrada em vigor do Art. 2º.
- (E) é totalmente constitucional, apenas sob o prisma material.

Módulo III

Legislação Específica

87

Analise as afirmativas a seguir, assinalando (V) para a verdadeira e (F) para falsa.

- () O sujeito passivo do ICMS deverá estornar crédito decorrente de entrada de mercadoria em seu estabelecimento, quando esta mercadoria for objeto de saída com redução de alíquota.
- () É hipótese de estorno de crédito, a utilização de mercadoria em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- () Os créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações destinadas ao exterior, devem ser estornados.

Na sequência em que aparecem, as afirmativas são, respectivamente,

- (A) V - F - V.
- (B) F - V - F.
- (C) V - F - F.
- (D) F - V - V.
- (E) V - V - F.

88

A abertura da sucessão, momento que marca a ocorrência de um dos fatos geradores do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ocorre na data

- (A) da distribuição da petição inicial do inventário.
- (B) em que morreu o autor da herança.
- (C) da nomeação do inventariante.
- (D) da lavratura do testamento.
- (E) em que há a aceitação da herança.

89

Com relação ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a propriedade dos veículos aéreos de uso exclusivo na agricultura é

- (A) imune.
- (B) tributada.
- (C) isenta.
- (D) remida.
- (E) não-incidente.

90

Sobre a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS), assinale a opção que apresenta duas assertivas corretas e a segunda completa o sentido da primeira.

- (A) Será o valor da mercadoria na saída do estabelecimento do contribuinte. / Deduzindo-se os descontos e bônus ofertados ao cliente.
- (B) Será o montante desembolsado pelo usuário, no caso de compra de cartão pré-pago de telefonia. / Ocorre o fato gerador por ocasião do fornecimento do cartão de crédito para ativação de telefone celular pré-pago.
- (C) Será o valor de máquina objeto de arrendamento mercantil, importada por indústria nacional. / Ocorre o fato gerador quando do seu ingresso no país.
- (D) Será o valor da operação de transporte interestadual de mercadoria a ser destinada ao comércio exterior. / Não prevalece, nessa hipótese, a imunidade à exportação.
- (E) Será o valor da mercadoria, acrescido do montante relativo ao Imposto sobre Produtos Industrializados, em operações tributadas por ambos os impostos. / Desde que o produto seja destinado ao ativo imobilizado do adquirente.

91

Argeu, residente e domiciliado no Estado de Rondônia, doou ao filho César, residente no Estado de Goiás, um rebanho com 2 mil cabeças de gado, o qual se encontra na Fazenda Riacho Doce, localizada no Estado de Mato Grosso.

Nesse caso, o Imposto incidente sobre a doação

- (A) é devido no Estado de Mato Grosso, onde está o rebanho.
- (B) é devido no Estado de Goiás, onde reside o donatário.
- (C) não é devido, por não haver incidência sobre transmissão de animais.
- (D) é devido no Estado de Rondônia, onde o doador tem domicílio.
- (E) é devido no Estado em que a escritura pública de doação for lavrada.

92

Leia o fragmento a seguir.

Ocorre _____ nos casos em que _____ e o pagamento _____ incidente sobre determinada operação ou prestação forem _____ para etapa ou etapas posteriores.

Assinale a opção que preenche, corretamente, as lacunas do fragmento.

- (A) o diferimento – o lançamento – do imposto – transferidos
- (B) a substituição – a obrigação – do imposto – alterados
- (C) a obrigação – o lançamento - da taxa - adiados
- (D) o diferimento - a cobrança – do imposto – alterados
- (E) a obrigação – o lançamento – do tributo – transferidos

93

Quanto à base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assinale a opção que apresenta duas assertivas corretas e a segunda especifica o conteúdo da primeira.

- (A) No caso de veículo novo adquirido por consumidor final, será o valor constante da nota fiscal, incluindo opcionais e acessórios e despesas relativas à compra e venda. / Se houver valor médio de mercado, regularmente fixado, não dispendo de outra forma o regulamento, esse seria a base de cálculo.
- (B) Na hipótese de veículo importado, será o valor constante do documento de importação, mais o valor do imposto próprio e despesas de importação. / Comprovando-se que o importador, pessoa jurídica ou física, incorreu em tais gastos, esses seriam a base de cálculo.
- (C) Quando houver montagem de peças e partes pelo próprio consumidor, ou por sua conta e ordem, será o valor do somatório das notas fiscais dessas partes e peças. / O quantum final seria a base de cálculo, mas não poderá ser inferior ao valor médio de mercado.
- (D) Sendo o veículo incorporado ao ativo permanente do revendedor, será o custo de fabricação ou aquisição. / A este custo serão acrescidas todas as despesas inerentes à imobilização do bem.
- (E) Quando o veículo for adquirido em exercício fiscal anterior, será o valor médio de mercado. / Nessa hipótese, deve ser observada a potência do motor, o ano e o modelo do veículo.

94

Joaquim Elias efetivou a remessa de 100 cabeças de gado da Fazenda Boa Vista, para a Fazenda Ribanceira, ambas de sua propriedade, sendo a primeira no Estado de Rondônia e a segunda no Estado de Tocantins. O gado é de sua titularidade, conforme prova documental incontroversa, inclusive do pagamento do imposto devido quando da aquisição dos animais. A Fazenda Estadual de Rondônia, no entanto, está a exigir o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS) no deslocamento do rebanho de uma para outra propriedade.

Nessa hipótese, o imposto

- (A) não é devido, por que já foi pago na etapa anterior.
- (B) é devido, por haver diferimento do pagamento do tributo.
- (C) não é devido, por ser mero deslocamento físico do gado.
- (D) é devido, por que há circulação da mercadoria.
- (E) é devido, já que há substituição tributária.

95

Júlio vendeu seu carro a José, deixando de comunicar a venda ao DETRAN/RO. Só o fez quatro anos mais tarde, quando recebeu citação em processo de execução fiscal, pelo não pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do veículo.

Nesse caso, o valor do imposto é devido por

- (A) José, que adquiriu o veículo e estava na posse do carro.
- (B) Júlio, que não informou ao órgão próprio sobre a alienação.
- (C) ambos, solidariamente, cabendo à Fazenda optar pelo sujeito passivo da execução.
- (D) Júlio, na qualidade de substituto tributário de José, face à Fazenda Estadual.
- (E) ambos, solidariamente, devendo prevalecer no entanto o benefício de ordem.

96

Vera Maria teve seu veículo roubado ao final do mês de março do ano calendário. Vera havia quitado o seu Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em janeiro, em cota única, para auferir do desconto. Ela pretende receber de volta o valor do IPVA.

Nesse caso, Vera

- (A) terá direito a receber o IPVA quitado se tiver pago o seguro obrigatório.
- (B) terá direito a receber a repetição da integralidade do imposto pago.
- (C) não terá direito de repetir o valor pago, pois o sinistro não tem relação com o fato gerador do imposto.
- (D) não terá direito de restituição do IPVA, sendo o ocorrido considerado fortuito externo.
- (E) terá direito à restituição parcial do IPVA, considerando que a subtração ocorreu em março.

97

Júlio Cesar, nascido, criado e falecido no Estado de Rondônia, deixou para ser inventariado um terreno a ser partilhado entre seus dois filhos e herdeiros, um deles menor.

Nessa situação, a base de cálculo do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) será o valor

- (A) que o herdeiro indicar na petição inicial do inventário.
- (B) constante da última declaração de bens e direitos feita por Júlio.
- (C) venal do imóvel, assim entendido o valor de mercado do bem, na data do óbito.
- (D) venal do imóvel, assim entendido o valor de mercado do bem, na data de início do inventário.
- (E) constante do espelho do carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), emitido no ano do falecimento de Júlio.

98

Considere as hipóteses a seguir.

- I. Uma doação modal.
- II. O direito autoral.
- III. Uma compra e venda.
- IV. O prêmio do seguro de vida.

Assinale a opção que indica apenas aquelas cuja transmissão são fatos geradores de Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCD.

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.

99

Armando Teles transportava mercadoria em seu próprio caminhão, a serviço da VT Transportes Ltda., empresa que o contratou exclusivamente para o mencionado serviço.

Em operação de fiscalização, a Fazenda verificou que parte da mercadoria transportada estava deslacrada. Em razão disso, multou Armando, o autuou e, posteriormente, emitiu a CDA e ingressou com o executivo fiscal.

Nessa hipótese,

- (A) está correto o Fisco, uma vez que há responsabilidade do proprietário do caminhão que faz o transporte em verificar a mercadoria transportada, podendo recusar o serviço se houver desconformidade com a legislação.
- (B) o Fisco só pode multar Armando se estiver provado que este recebeu a mercadoria lacrada e a deslacrado dentro do Estado.
- (C) está correto o Fisco, já que existe responsabilidade solidária entre o dono do caminhão e a transportadora.
- (D) o Fisco pode multar Armando, por que este não tem vínculo laboral com a transportadora.
- (E) o Fisco errou, pois a obrigação tributária não pode ser imputada ao motorista do veículo que não é proprietário da mercadoria transportada.

100

São hipóteses de restituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS), indevidamente quitado:

- I. O pagamento espontâneo indevido ou maior que o devido a título de imposto.
- II. O crédito tributário pago de forma simples, que tenha sido objeto de auto de infração.
- III. A ocorrência de erro de identificação do sujeito passivo.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Realização

